

1. Informações gerais

A Plascar Participações Industriais S.A. ("Plascar S.A." ou "Companhia"), com sede na cidade de Jundiaí (Desde 11 de fevereiro de 2019 - Anteriormente sediada na cidade de Campinas), no Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital aberto, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA (PLAS3). A atividade da Companhia está representada pela participação na controlada Plascar Indústria de Componentes Plásticos Ltda. ("Plascar Ltda."), que atua no setor automotivo e tem como atividade operacional a industrialização e comercialização de peças e partes relacionadas com o acabamento interno e externo de veículos automotores.

A Plascar Ltda. possui plantas industriais localizadas nas cidades de Jundiaí/SP, Varginha/MG e Betim/MG.

As plantas atuam principalmente no setor automotivo, com foco no atendimento a montadoras de veículos, fornecendo para-choques, painéis de instrumentos, difusores de ar, porta copos, laterais de porta, porta pacotes, entre outros componentes. A Plascar atua, ainda, na industrialização de produtos não automotivos, como, por exemplo, injeção e montagem de carrinhos de supermercado, caixas multiuso, pallets e móveis ecológicos, atividade esta que representa menos de 10% do total de ativos, receita líquida e lucro líquido consolidados na Companhia.

Após a conclusão da reestruturação financeira da Companhia e sua controlada em 31 de janeiro de 2019, o controle acionário da Plascar S.A. passou a ser da Pádua IV Participações S.A., com participação de 59,99% de seu capital, que também é composto pela Permali do Brasil Indústria e Comércio Ltda., com 18,44%, pela Postalís Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos com 7,12% e por outros acionistas individuais que possuem, em conjunto, 14,45%.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 03 de março de 2021.

Situação financeira

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresenta excesso de passivos circulantes sobre os ativos circulantes no montante de R\$ 105.761 (R\$ 178.940 em 2019) no consolidado e patrimônio líquido negativo no consolidado e na controladora o montante de R\$ 189.216 (R\$ 72.203 em 2019).

Adicionalmente a Companhia apresentou prejuízo no exercício corrente e comparativo, bem como mantém um prejuízo acumulado de R\$ 1.121.006, no individual e consolidado (R\$ 1.004.063 em 2019).

As despesas financeiras somam R\$ 53.065 em 2020 (R\$ 96.391 em 2019). A Administração está tomando medidas para reduzir o impacto destas despesas no resultado da Companhia, principalmente através da gestão e repactuação de seus passivos fiscais e bancários. Segundo dados oficiais da ANFAVEA, a produção de veículos em 2021 aponta para um aumento de 25,0%.

Em 2020, verificou-se uma queda na produção de veículos em 31,6%, quando comparado com o exercício de 2019, conforme dados da ANFAVEA. A receita líquida da Companhia, por sua vez, em 2020, apresentou uma queda de 9,4% quando comparada com o ano anterior.

A Companhia continua adotando medidas para elevar a receita obtida de novos projetos e reduzir seus custos internos operacionais e melhorar a margem, promovendo, também, negociações

constantes de preços junto aos clientes para repasses dos aumentos de custos (mão-de obra, matéria-prima etc.), dando sequência ao processo de reestruturação da Companhia, bem como o enfrentamento da crise iniciada em março de 2020 decorrente da pandemia COVID-19.

A Administração da Companhia está em processo de revisão das projeções, considerando novos projetos e oscilação de volumes diante do cenário atual (COVID-19).

Impactos da COVID-19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou o surto do Coronavírus COVID-19 como uma pandemia em escala global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e geraram impactos nas demonstrações financeiras. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos implementaram pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID -19 efetivamente provocaram.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

As suspensões da produção automotiva atingiram quase todo o setor no país, com 123 mil trabalhadores parados em 63 fábricas localizadas em 40 cidades de 10 estados.

Durante a crise, a Administração avaliou de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e de sua controlada, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. A Administração acionou de imediato o seu Comitê de Crise, para garantir a segurança de seus funcionários, prestadores de serviços e dos clientes atendidos.

A Companhia implementou as seguintes medidas durante o primeiro e segundo trimestres:

- Implementação de um comitê de Gestão de Crise;
- Restrições com relação à circulação e a aglomeração de pessoas em suas dependências, como forma de evitar a disseminação do vírus;
- Suspensão de viagens, treinamentos presenciais e participação em eventos para todos os colaboradores;
- Orientação de regime de home office para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho e isolamento de todos os funcionários classificados como de maior risco (acima de 60 anos e com doenças crônicas, conforme orientação dos entes públicos);
- Intensificação nos comunicados internos de medidas preventivas, disponibilização de canais de atendimento médico 24 horas para apoio aos funcionários e familiares e disponibilização de canais internos de comunicação aos funcionários, focados no atendimento relativo à pandemia; e
- Otimização do uso de tecnologia para assegurar o atendimento virtual aos seus clientes, impactando o mínimo possível suas atividades administrativas e operacionais

Visando reduzir os impactos financeiros a Administração ainda adotou as seguintes medidas:

- Antecipação de férias coletivas para seus funcionários e no dia 1 de abril de 2020, alinhado com o sindicato responsável pela categoria, implementou a jornada reduzida em 50% para todos os colaboradores, medida que foi revertida gradualmente no terceiro trimestre;
- Renegociação de prazos de certos passivos junto a bancos, fornecedores e outras contas a pagar;
- Ampliação dos controles de estoque para mantê-los em nível mínimo necessário; e
- Realização de benchmarking com outras autopeças e também com as montadoras para troca de informações e medidas para aplicação na Companhia.

Apesar da parada total das montadoras, que ocorreu em períodos diversos entre os meses de março e julho de 2020, as três plantas seguiram funcionando. No entanto, o ritmo de trabalho foi muito reduzido, focando em projetos específicos e atividades de manutenção preventiva. Os custos relacionados à capacidade ociosa das plantas durante esse período e para todo o exercício foram mensurados pela Administração e registrados diretamente no resultado dos períodos respectivos, conforme parecer de orientação da CVM 24/92.

As operações da Companhia em 2020 foram impactadas significativamente pela pandemia, contemplando uma queda total em receitas de 9,4% quando comparada a 2019.

A Administração segue monitorando os efeitos da crise. Após um movimento de recuperação do mercado brasileiro de veículos, que nos meses setembro, outubro, novembro e dezembro de 2020 registraram volumes mais altos do que os registrados antes da pandemia de Coronavírus atingir o país. A ANFAVEA apresentou novas e melhoradas projeções de vendas domésticas e produção, prevendo um aumento de 25% na produção de veículos para 2021. Contudo, a associação dos fabricantes coloca uma série de ressalvas às novas estimativas, apontando que ainda há no horizonte dos próximos meses incertezas que podem mudar os números para baixo ou para cima, a começar pelo próprio desenvolvimento da Covid-19 que segue sendo uma ameaça importante à economia. Ainda de acordo com a ANFAVEA, houve aumento na produção de veículos em dezembro de 2020 da ordem de 22,8% em relação a dezembro de 2019.

Mediante a esta potencial recuperação do mercado, a Companhia já adotou algumas medidas de flexibilização e retomada gradativa de sua capacidade de produção, onde se destacam:

- Retomada da jornada de trabalho de forma gradual a partir agosto de 2020. A partir de setembro de 2020 todos os funcionários da Companhia estavam com jornada integral de trabalho;
- Flexibilização do regime de *home office*;
- Retomada das visitas de terceiros às instalações da Companhia, mediante agendamento prévio e seguindo os protocolos de segurança;
- Intensificação dos protocolos de higienização e saúde para garantir a saúde de todos os colaboradores, clientes e parceiros da Companhia.
- Apesar da desmobilização do Comitê de Crise implementado no início da pandemia, o comitê poderá ser acionado de imediato, em caso de necessidade. Cabe ressaltar, que em dezembro de 2020, com a piora dos índices da pandemia na população em geral, a Companhia resolveu reinstaurar o regime de *home-office* para as áreas administrativas, além de limitar viagens e visitas. Foram intensificadas as iniciativas de orientação e alerta aos colaboradores para os riscos da pandemia e as medidas de prevenção.

Reestruturação Societária e Financeira

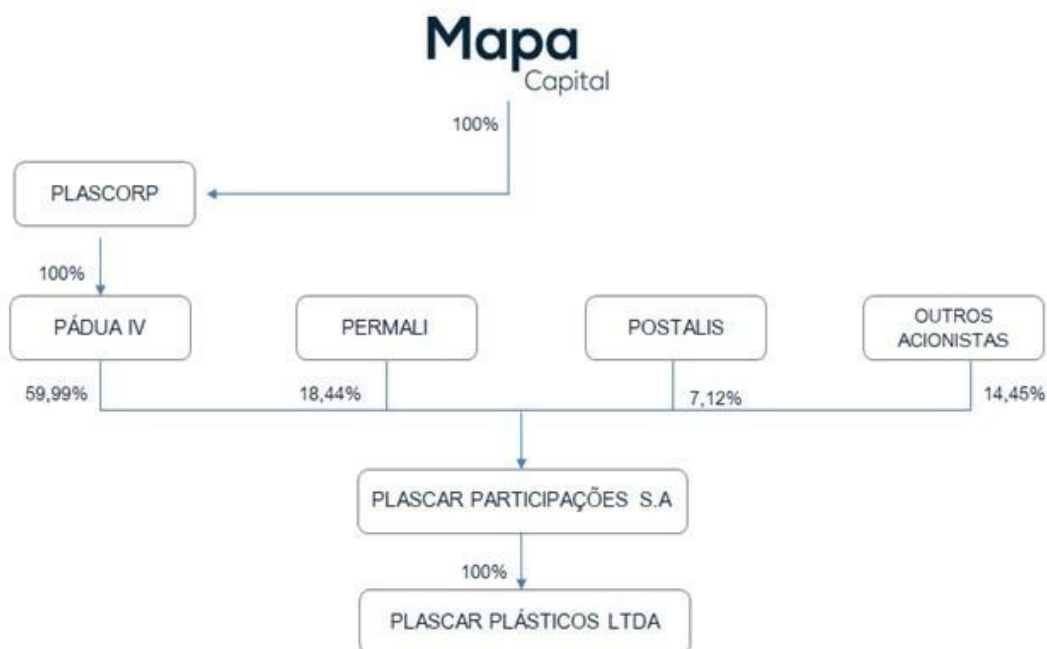
Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 13 de dezembro de 2018, foi aprovado, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, o plano final de reestruturação da dívida da Companhia que, em linhas gerais, envolve a cessão de aproximadamente 90% da dívida existente da Plascar pelos principais credores da Companhia para a atual controladora “Pádua IV Participações S.A.”.

Em 31 de janeiro de 2019, conforme Aviso aos Acionistas e Fato Relevante divulgados ao mercado, ocorreu o aumento de capital social da Companhia com integralização mediante utilização de créditos detidos contra a Plascar Ltda., por subscrição privada, no montante de R\$ 449.483, mediante a emissão de 7.455.251 ações ordinárias ao preço unitário de emissão de R\$ 60,29 por ação ordinária. Após a efetivação do Aumento de Capital, o capital social da Companhia, antes no valor de R\$ 481.972, dividido em 4.970.167 ações ordinárias, passou a ser de R\$ 931.455, dividido em 12.425.418 ações ordinárias.

Com a conclusão da reestruturação financeira da Companhia em 31 de janeiro de 2019, o patrimônio líquido e o passivo circulante da Companhia foram impactados positivamente em R\$ 449.483, decorrente de aumento de capital.

A Administração segue negociando passivos com diversos credores, com o objetivo de adequá-los à capacidade de geração de caixa da Companhia. Ao longo de 2019 e início de 2020 foram repactuados certos passivos, que passaram a ser reportados no não-circulante.

Segue abaixo a Estrutura Societária, inclusive com destaque para o novo controlador da Companhia - Pádua IV Participações S.A., após conclusão do plano de reestruturação da Companhia e subscrição de capital.



2. Resumo das principais políticas contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para IFRS/CPC.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.

2.2. Base de consolidação

A Companhia consolida a entidade sobre a qual detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2020. O controle obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);

- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia (investidor).

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesma Companhia, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as demonstrações financeiras da Plascar Indústria de Componentes Plásticos Ltda. "Plascar Ltda." a qual possui participação de 100% em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

a) Transações com participações de não controladores

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Participação de não controladores".

b) Perda de controle em controladas

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

2.3. Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. A Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

2.4. Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.

2.6. Ativos financeiros

2.6.1. Classificação

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

2.6.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

2.6.3. Valor recuperável (*Impairment*) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, empréstimos a coligadas.

A Companhia avalia no final de cada exercício de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

2.6.4. Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

2.7. Passivos financeiros

2.7.1. Reconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto e instrumentos financeiros derivativos.

2.7.2. Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

2.7.3. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48/IFRS 9. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48/IFRS 9 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

2.7.4. Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Para mais informações, vide Nota 15.

2.7.5. Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.7.6. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.8. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros derivativos, tampouco atividades de *hedge* em 2020 e 2019.

2.9. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (“PECLD” ou *impairment*).

2.10. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou valor líquido de realização, dos dois, o menor. O método de avaliação dos estoques é a média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados, dos produtos em elaboração e ferramentais compreende os custos do projeto, matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos, quando aplicável. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos necessários para efetuar a venda.

2.11. Imobilizado

O imobilizado considera como base de valor e foi ajustado para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para IFRS e CPC. Os demais itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, quando aplicável.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada utilizando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Edificações	25 a 50
Máquinas	8 a 25
Moldes	11 a 15
Móveis e utensílios	10 a 15
Veículos	5 a 6
Equipamentos de informática	5 a 6

Os valores residuais e a vida útil dos ativos foram revisados e ajustados, e representam adequadamente a posição no final do exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior que seu valor recuperável estimado (Nota 2.12).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.12. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto ágio (*Goodwill*), que tenham sido ajustados por *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.13. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.14. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construções ou produção de um ativo qualificável, que é ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo, quando aplicável e quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.15. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.16. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e

Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Benefícios fiscais adquiridos como parte de uma combinação de negócios, mas que não cumprem os critérios para reconhecimento em separado naquela data, são reconhecidos subsequentemente em caso de novas informações sobre fatos e mudanças nas circunstâncias. O ajuste é tratado como redução no ágio (contanto que não exceda o ágio) se incorrido durante o período de mensuração ou reconhecido no resultado.

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

Tributos sobre as vendas

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;

Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e

Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.17. Benefícios a empregados

Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente

obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.18. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.19. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida, dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos fluirão para a Companhia e suas controladas e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir.

A Companhia e sua controlada consideram se há outras promessas no contrato que são obrigações de performance distintas, às quais uma parcela do preço da transação precisa ser alocada (por exemplo, garantias, entre outros). Ao determinar o preço de transação para a venda dos produtos e ferramentais, a Companhia e sua controlada consideram os efeitos da contraprestação variável, a existência de componentes de financiamento significativos, a contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente (se houver).

a) Venda de produtos

A Companhia fabrica e vende peças e partes relacionadas com o acabamento interno e externo de veículos automotores. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre a controlada efetua a entrega dos produtos para o comprador. A Companhia e sua controlada avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

b) Venda de ferramentais

A Companhia desenvolve e vende ferramental para injeção de peças plásticas de acordo com especificação técnica do pedido e modelo do veículo conforme projeto da montadora e no decorrer do desenvolvimento, ocorrem adiantamentos por parte das montadoras para suportar os recursos dispendidos. Usualmente o desenvolvimento e venda de ferramental está atrelada ao fornecimento de peças. As vendas dos ferramentais são reconhecidas no momento em que o projeto esteja em produção e aprovado pela montadora. A montadora por sua vez, emite um contrato de comodato

autorizando a utilização do ferramental, uma vez que trata-se de um bem de sua propriedade.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência usando o método da taxa efetiva de juros.

2.20. Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são mensuradas ao custo, incluindo custos de transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo foi incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas (ou seja, na data em que o recebedor obtém o controle) ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver alteração de uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a Companhia contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data de alteração de uso.

2.21. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

2.22. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2.23. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua

distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

2.24. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios – não aplicável

Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros.

Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.

Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

A pronunciação revisado alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios

relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.25. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 17 - Contratos de seguro: Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (como arrendatário)

A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento.

Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado).

A Companhia incluiu o período de renovação como parte do prazo do arrendamento de instalações e máquinas com um período não cancelável contratual mais curto (os quais variam de três a cinco anos). Historicamente, a Companhia tem exercido a opção de renovação para esses arrendamentos, uma vez que haveria um efeito negativo significativo na produção da Companhia se um ativo equivalente de reposição não estiver prontamente disponível. Os períodos de renovação de arrendamentos de instalações e máquinas com períodos não canceláveis mais longos (os quais variam de 10 a 15 anos) não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos. Além disso, as opções de renovação para locações de veículos não são incluídas como parte do prazo do arrendamento uma vez que a Companhia normalmente aluga os por não mais de cinco anos e, portanto, não exerce nenhuma opção de renovação. Ademais, os períodos cobertos pelas opções de rescisão são incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avaliados como razoavelmente certos de não serem exercidos.

Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia está sujeita ao imposto sobre a renda em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses países.

Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

b) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) como demonstrado na Nota 13.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

a) Risco de mercado

i) *Risco cambial*

A Companhia atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais, ativos e passivos.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia apresenta ativos e passivos em moeda estrangeira decorrentes de operações de importação, exportação e mútuo com partes relacionadas, nos montantes demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	2020	2019
Contas a receber de clientes (Nota 7)	7.648	6.067
Fornecedores	(1.139)	(194)
Exposição líquida	6.509	5.873

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos para gerenciar o risco de taxa de câmbio.

ii) *Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros*

A Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos. Os empréstimos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

Passivo financeiro	Impacto no resultado do exercício (1)		
	Cenário I Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
CDI	2,40%	3,00%	3,60%
Empréstimos e financiamentos	(6.851)	(7.470)	(8.089)

(1) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento dos contratos, o que for menor.

Na análise de sensibilidade, a taxa de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida e o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida em 31 de dezembro de 2020.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes de equipamentos originais ("OEM") e reposição/concessionárias ("DSH"), incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades de primeira linha. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Comitê de Crédito, instalado por decisão da Diretoria da Companhia. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente pelo Comitê e reportada à Diretoria.

A possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com seus clientes OEM é reduzida em função do perfil desses clientes (montadoras de veículos e outras empresas de atuação mundial). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia e sua controlada não possui saldos significativos a receber de clientes da categoria DSH.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

A Tesouraria investe eventuais excessos de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para atender as previsões acima mencionadas. Na data do balanço, a Companhia mantinha fundos de curto prazo no montante de R\$ 29, que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa descontados contratados e representa os fluxos esperados de desembolso efetivo, desconsiderando eventuais exigências dos bancos pelos vencimentos antecipados.

Consolidado					
	Até três meses	De quatro a 12 meses	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2020					
Empréstimos e financiamentos	8.270	11.594	88.820	29.553	138.237
Passivos de arrendamento	7.216	15.959	22.377	-	45.552
Fornecedores	36.886	-	-	-	36.886
Passivos com partes relacionadas	-	-	7.450	-	7.450
Outros passivos	9.909	21.010	100.991	119.385	251.295
	62.281	48.563	219.638	148.938	479.420

	Até três meses	De quatro a 12 meses	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2019					
Empréstimos e financiamentos	18.981	16.315	64.453	35.709	135.458
Passivos de arrendamento	4.391	13.171	42.736	-	60.298
Fornecedores	22.313	-	-	-	22.313
Passivos com partes relacionadas	6.160	-	-	-	6.160
Outros passivos	112.482	2.382	78.705	3.826	197.395
	164.327	31.868	185.894	39.535	421.624

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

	Consolidado	
	2020	2019
Total dos empréstimos (Nota 16)	138.237	135.458
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(33.681)	(17.383)
Dívida líquida	104.556	118.075
Total do patrimônio líquido	(189.216)	(72.203)
Total do capital	(84.660)	45.872
Índice de alavancagem financeira - %	-	257%

4.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. Presentemente o Companhia não possui passivos

registrados a valor justo. Entretanto, abaixo estão os comparativos dos ativos financeiros registrados ao custo amortizado e seu respectivo valor justo:

	2020		2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)				
Capital de giro - moeda nacional	138.237	138.237	135.458	135.458
	138.237	138.237	135.458	135.458

5. Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros consolidados da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas:

a) Custo amortizado

	2020	2019
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	33.681	17.383
Contas a receber de clientes	58.774	26.062
Depósitos judiciais	4.103	4.792
Outros ativos	2.414	2.389
	98.972	50.626

b) Valor justo por meio do resultado

	2020	2019
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores	36.886	22.313
Empréstimos e financiamentos	138.237	135.458
Passivos de arrendamento	45.552	60.298
Partes relacionadas	7.450	6.160
Outros passivos	251.295	197.395
	479.420	421.624

O caixa e equivalentes de caixa são classificados como "Valor justo por meio de resultado"; as contas a pagar para partes relacionadas são classificadas como "Valor justo por meio de resultado".

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e bancos	31.444	29	33.681	17.383
	31.444	29	33.681	17.383

Bancos e disponíveis rendem juros a taxas flutuantes baseadas em taxas diárias de depósitos bancários de curto prazo. Os recursos são utilizados dependendo das necessidades imediatas de caixa da Companhia.

7. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2020	2019
Terceiros no país	50.468	25.173
Terceiros no exterior (Nota 4.1)	7.648	6.067
Contas a receber de ferramental no País	8.434	851
	66.550	32.091
Provisão para <i>impairment</i> – créditos duvidosos	(7.776)	(6.029)
	58.774	26.062

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa foi como segue:

	2020	2019
Saldo inicial	(6.029)	(11.196)
(Aumento) diminuição da provisão	(1.747)	5.167
Saldo final	(7.776)	(6.029)

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a abertura das contas a receber por idade de vencimento, era como segue:

	2020	2019
A vencer	49.179	23.882
Vencidas:		
De 1 a 30 dias	7.271	1.647
De 31 a 60 dias	859	189
De 61 a 90 dias	119	43
Há mais de 90 dias	9.122	6.330
	17.371	8.209
Total	66.550	32.091

A política da Companhia para provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa contempla o saldo vencido há mais de 90 dias. O saldo vencido há mais de 90 dias não provisionados em 31 de dezembro de 2020, líquidos da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa, refere-se à venda de ferramental, para os quais a administração não espera registrar perdas.

Além disso, em linha com o CPC 48 (IFRS 9) Instrumentos Financeiros, a política da Companhia também considera as perdas de créditos esperadas para os seus recebíveis, sendo essas, o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos à Companhia de acordo com o contrato firmado com os clientes e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

8. Estoques

	2020	2019
Produtos acabados	4.361	3.446
Produtos em elaboração	9.001	8.307
Matérias-primas	17.786	16.240
Importação em andamento	743	1.690
Materiais de manutenção e auxiliares	2.437	1.396
Ferramentas e moldes em desenvolvimento destinados à venda	10.072	15.489
Adiantamentos a fornecedores	864	80
Provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência	(2.256)	(2.209)
	43.008	44.439

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a movimentação da provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência foi como segue:

	2020	2019
Saldos iniciais	(2.209)	(5.694)
Reversão da provisão	1.719	5.439
Aumento da provisão	(1.766)	(1.954)
Redução líquida (Nota 22)	(47)	3.485
Saldos finais	(2.256)	(2.209)

9. Tributos a recuperar

	2020	2019
Crédito exclusão de ICMS base de cálculo PIS/COFINS (1)	153.297	181.140
Processo Funrural (Nota 19)	2.237	2.237
ICMS sobre ativo imobilizado - CIAP	732	865
Outros	741	559
	157.007	184.801
Circulante	30.406	51.844
Não circulante	126.601	132.957
	157.007	184.801

(1) Crédito Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS - Registro contábil trânsito em julgado.

A Companhia informa que, no ano de 2010, distribuiu Mandado de Segurança objetivando a exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS. Em setembro de 2017, a Companhia obteve decisão favorável em primeira instância e, em outubro de 2019, obteve nova sentença favorável em grau recursal (STF). No mesmo ato, ocorreu o trânsito em julgado do processo. Diante disto, Companhia iniciou um procedimento para levantamento de valores pagos indevidamente a

partir do ano de 2005 e pleitear seu respectivo ressarcimento. A Companhia apurou e mensurou os respectivos valores de forma confiável.

Em 19 de agosto de 2019, a Companhia obteve sentença favorável para utilização do ICMS destacado nas notas fiscais para apuração do crédito.

No quarto trimestre de 2019, com base na opinião e laudo preparado por seus assessores, a Companhia registrou o montante de R\$ 179.069 na rubrica de tributos a recuperar no balanço para compensar com tributos correntes administrados pela Receita Federal do Brasil em períodos futuros. O valor principal dos créditos, líquido dos honorários de sucesso dos advogados, foi reconhecido como outras receitas operacionais e o valor da atualização monetária foi reconhecido na rubrica de receita financeira na demonstração do resultado do exercício.

A homologação e habilitação de R\$ 123.396 relativo a parte do referido crédito junto à Receita Federal do Brasil para compensação tributária futura, ocorreu em 03 de janeiro de 2020, sendo que o montante restante do crédito no montante de R\$ 55.673, será objeto de análise pela Receita Federal do Brasil para restituição ou compensação futura de impostos anteriormente parcelados.

A Companhia compensou até 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$ 43.551 e com base nas projeções acredita que o saldo será totalmente realizado nos próximos 4 anos, não havendo necessidade de constituição de provisão para perdas (*impairment*).

10. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos, quando aplicável, são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

a) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	Consolidado	
	2020	2019
Passivo:		
Imobilizado - custo atribuído (1)	(460)	(495)
Depreciação - revisão da vida útil-econômica (2)	(18.745)	(18.006)
	(19.205)	(18.501)

(1) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre o custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da contabilização do seu valor justo na adoção inicial do CPC 27 (IAS 16).

(2) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre a diferença de depreciação do ativo imobilizado gerado após revisão da

vida útil - econômica dos bens. Até 31 de dezembro de 2010, a Companhia, conforme permitido pela legislação tributária, considerou também para fins fiscais a depreciação calculada com base nas novas vidas útil-econômicas dos bens. Desde setembro de 2011, a Companhia passou a utilizar para fins fiscais a depreciação calculada com base na vida útil permitida pela legislação fiscal e, consequentemente, reconheceu os correspondentes efeitos tributários diferidos.

A Companhia possui saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de R\$ 57.630 e R\$ 68.632, respectivamente em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 56.142 e R\$ 67.144 em 31 de dezembro de 2019, respectivamente), a controlada Plascar Ltda. possui saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de R\$ 838.499 e R\$ 833.443, respectivamente em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 729.406 e R\$ 724.350 em 31 de dezembro de 2019, respectivamente) sobre os quais não foram constituídos tributos diferidos ativos na sua totalidade, conforme determina a Instrução CVM 371, visto que a Companhia não possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

b) Movimentação do passivo fiscal diferido

	Consolidado
	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(18.501)
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação e baixa desses ativos	35
Tributos diferidos sobre diferença de depreciação	(739)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(19.205)

c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	2020	2019
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(116.310)	(5.151)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	39.545	1.751
Ajustes para demonstração de taxa efetiva:		
Efeito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa do exercício não reconhecido (1)	(40.248)	(3.425)
		-
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos.	(703)	(1.674)

(1) Efeito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Plascar S.A., o qual não é registrado em função de não haver expectativa de lucros tributáveis futuros.

11. Partes relacionadas

a) Remuneração aos Administradores

A remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é composta de remuneração fixa aprovada em Assembleia Geral, paga mensalmente.

A remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia e de suas controladas são compostos de remuneração fixa, variável com base em metas estabelecidas e benefícios complementares.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o total de remuneração dos Administradores foi como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Remuneração fixa anual (1)	(5.196)	(6.289)
Remuneração variável (2)	<u>(979)</u>	<u>-</u>
Honorários da administração (Nota 20)	<u>(6.175)</u>	<u>(6.289)</u>

(1) Refere-se a salários e honorários da administração, férias, 13º salário, previdência privada e encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS e outros).

(2) Refere-se à participação nos resultados e bônus.

b) Saldo e transações

A Companhia realiza operações mercantis e transações de mútuo com suas controladas e outras partes relacionadas, de acordo com os critérios definidos a seguir:

A Companhia e suas controladas celebram contratos de mútuo com partes relacionadas, a fim de que necessidades de caixa sejam supridas imediatamente, com a dispensa de processos de aprovação exigidos por instituições financeiras. Tais contratações estão condicionadas à disponibilidade de recursos e ao não comprometimento do fluxo de caixa da mutuante. Referidos contratos de mútuo são firmados de acordo com taxas acordadas entre as partes.

Seguem os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Passivo circulante				
Contrato de mútuo:				
W&L Ross & Co., LLC		-	-	3.742
Permali do Brasil Ind. e Com. Ltda.		-	-	2.418
		-	-	<u>6.160</u>
Passivo não circulante				
Contrato de mútuo:				
W&L Ross & Co., LLC	-	-	4.824	-
Permali do Brasil Ind. e Com. Ltda.	-	-	2.626	-
Plascar Ltda.	44.460	11.554	-	-
	<u>44.460</u>	<u>11.554</u>	<u>7.450</u>	<u>-</u>

Os efeitos das transações no resultado correspondem a atualização monetária e variação cambial registradas no resultado financeiro.

O contrato de mútuo entre a Companhia (mutuante) e a Plascar Ltda. (mutuária) não está sujeito, excepcionalmente, a encargos financeiros, em função de a Companhia ser detentora direta de 100% do capital social da Plascar Ltda. Trata-se do único contrato de mútuo em que a mutuante é sociedade não operacional e detentora de participação direta de aproximadamente 100% do capital social da mutuária, circunstância que justificava a não

incidência de juros. Esse contrato foi firmado, em 31 de maio de 2000, para adequação do fluxo de caixa da Plascar Ltda., com vencimento indeterminado.

O contrato de mútuo entre a Per mali do Brasil Indústria e Comércio Ltda. (mutuante) e a Plascar Ltda. (mutuaria) está sujeito à incidência de juros mensais de 0,80% e tem vencimento indeterminado. Referido contrato foi celebrado em 31 de março de 2009 para adequação do fluxo de caixa da Plascar Ltda.

12. Provisão para perda com investimento em controlada

A movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

	2020	2019
Saldo inicial	(60.667)	(504.388)
Participação de minoritários (absorção)	-	(555)
Subscrição de capital em janeiro de 2019 (Nota 1)	-	449.483
Participação nos prejuízos de controlada	(115.525)	(5.207)
Saldo final	(176.192)	(60.667)

As informações relevantes referentes à Plascar Ltda. estão apresentadas a seguir:

	2020	2019
Capital social	838.565	838.565
Quotas totais	838.565.144	838.565.144
Quotas possuídas	838.565.144	838.565.144
Participação	100%	100%
Patrimônio líquido da controlada	(176.192)	(60.667)
Participação na Plascar S.A.	(176.192)	(60.667)
Prejuízo líquido do exercício	(115.525)	(5.207)
Resultado da equivalência patrimonial	(115.525)	(5.207)

13. Imobilizado

a) Composição

	Taxa anual de depreciação %	Consolidado			
		2020		2019	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edificações	2 a 4	10.882	(2.582)	8.300	8.361
Máquinas e equipamentos	4 a 13,79 (1)	837.889	(558.924)	278.965	309.757
Moldes	6 a 21	47.333	(46.764)	569	637
Móveis e utensílios	6 a 10	12.611	(11.747)	864	1.278
Veículos	18,57 a 20	4.302	(3.986)	316	501
Equipamentos de computação	15 a 33	3.660	(3.274)	386	526
Peças e materiais de reposição		3.906	-	3.906	4.006
Adiantamentos a fornecedores		44.581	-	44.581	44.166
Provisão para <i>impairment</i> adiantamentos e máquinas e equipamentos (2)		(62.039)	-	(62.039)	(62.039)
		903.125	(627.277)	275.848	307.193

(1) Taxa média ponderada de 7,82%.

O montante de R\$ 37.244 (2019 - R\$ 40.762) referente à despesa de depreciação foi reconhecido no resultado em "Custo das vendas", R\$ 91 (2019 - R\$ 138) em "Despesas com vendas" e R\$ 439 (2019 - R\$ 569) em "Despesas administrativas".

(2) Referem-se, à adiantamentos a fornecedores para aquisição de máquinas e equipamentos para ampliação da capacidade operacional e produtiva das unidades industriais da Companhia, realizados entre 2010 e 2011 para a empresa Sandretto e financiados junto ao BNDES através do programa FINAME/PSI no montante de R\$ 44.084. Do montante registrado em 31 de dezembro de 2018 2019, R\$ 36.548 foram adiantados por instituições financeiras e R\$ 7.536 adiantados ao fornecedor com recursos próprios. A Companhia, após detida análise junto aos seus assessores jurídicos, decidiu registrar uma perda sobre o valor total em aberto, no montante total de R\$ 44.084 ainda no exercício 2018. A Companhia adotou todas as providências jurídicas possíveis e seguirá buscando seus direitos pela via jurídica. No entanto, a Companhia considera pouco provável a possibilidade do recebimento destes ativos em curto prazo, não obstante a ação judicial continue em andamento.

Em 2019 a Companhia registrou impairment de R\$ 17.955 referente a máquinas e equipamentos identificados como não operacionais no exercício. A Companhia está levantando junto ao seu corpo técnico os investimentos necessários e viabilidade para adequar parte destes equipamentos à produção.

b) Movimentação do custo

	Saldo inicial	Consolidado			
		Exercício findo em 31 de dezembro de 2020			
		Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Edificações	10.666	113	-	103	10.882
Máquinas e equipamentos	839.136	5.513	(851)	(253)	843.545
Moldes	46.852	414	(57)	124	47.333
Móveis e utensílios	12.681	7	(84)	7	12.611
Veículos	4.437	-	(135)	-	4.302
Equipamentos de computação	3.526	126	(12)	20	3.660
Peças e materiais de reposição	4.006	-	(100)	-	3.906
Adiantamentos a fornecedores	44.166	416	-	(1)	44.581
Provisão para <i>impairment</i>					
Adiantamentos e máquinas e equipamentos	(67.695)	-	-	-	(67.695)
	897.775	6.589	(1.239)	-	903.125

	Saldo inicial	Consolidado			
		Exercício findo em 31 de dezembro de 2019			
		Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Edificações	9.362	1.302	-	2	10.666
Máquinas e equipamentos	835.405	6.758	(2.973)	(54)	839.136
Moldes	49.445	-	(2.593)	-	46.852
Móveis e utensílios	13.432	84	(862)	27	12.681
Veículos	4.450	114	(127)	-	4.437
Equipamentos de computação	3.235	386	(119)	24	3.526
Peças e materiais de reposição	4.235	-	(229)	-	4.006
Adiantamentos a fornecedores	44.160	5	-	1	44.166
Provisão para <i>impairment</i>					
Adiantamentos e máquinas e equipamentos	(44.084)	-	(23.611)	-	(67.695)
	919.640	8.649	(30.514)	-	897.775

c) Movimentação da depreciação

	Saldo inicial	Consolidado			
		Exercício findo em 31 de dezembro de 2020			
		Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Edificações	(2.305)	(278)	1	-	(2.582)
Máquinas e equipamentos	(529.379)	(35.992)	791	-	(564.580)
Moldes	(46.215)	(624)	59	16	(46.764)
Móveis e utensílios	(11.403)	(419)	83	(8)	(11.747)
Veículos	(3.936)	(177)	134	(7)	(3.986)
Equipamentos de computação	(3.000)	(284)	11	(1)	(3.274)
Provisão para <i>impairment</i> máquinas e equipamentos	5.656	-	-	-	5.656
	(590.582)	(37.774)	1.079		(627.277)

	Saldo inicial	Consolidado			
		Exercício findo em 31 de dezembro de 2019			
		Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Edificações	(2.057)	(978)	-	730	(2.305)
Máquinas e equipamentos	(493.453)	(38.217)	3.025	(734)	(529.379)
Moldes	(47.493)	(1.314)	2.592	-	(46.215)
Móveis e utensílios	(11.758)	(511)	861	5	(11.403)
Veículos	(3.906)	(157)	127	-	(3.936)
Equipamentos de computação	(2.819)	(292)	112	(1)	(3.000)
Provisão para <i>impairment</i> máquinas e equipamentos	-	-	5.656	-	5.656
	(561.486)	(41.469)	12.373	-	(590.582)

d) Teste para verificação de *impairment* de ativo não financeiro

A Companhia avalia no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras anuais, se há alguma indicação de que seus ativos ou conjunto de ativos porventura perderam representatividade econômica, considerada relevante. Os testes de *impairment* são preparados por um perito independente para levantar o valor de mercado dos principais ativos para cada UGC. O escopo do trabalho compreendeu a Avaliação Patrimonial dos ativos localizados nas unidades de Jundiaí, Betim e Varginha.

	2020	
	Valor contábil dos ativos	Valor líquido de venda
Jundiaí	119.935	163.516
Betim	99.130	118.456
Varginha	56.783	73.610
Total	275.848	355.582

O valor recuperável é o valor justo líquido de despesas de alienação sendo a descrição da técnica descrita abaixo:

- Os ativos de propriedade da Companhia foram avaliados de acordo com valor de mercado de cada bem, obtido pelo produto entre o valor de reposição e o coeficiente de depreciação, levando-se em consideração a vida útil, idade, vida útil remanescente, valor residual e

depreciação, resultando no valor líquido de venda superior ao valor residual contábil dos mesmos, não indicando desta forma, necessidade de *impairment*.

Como resultado do teste aplicado, nenhum ajuste de *impairment* se fez necessário.

14. Direito de uso de ativos e passivo de arrendamento

A partir de 1º de janeiro de 2019, com a adoção do CPC 06 R2 (IFRS16) - Arrendamento Mercantil, a Companhia passou a registrar os alugueis futuros descontados a valor presente como arrendamento financeiro. O impacto inicial no ativo imobilizado e passivo foi R\$ 53.065. O valor foi calculado considerando um prazo total de vigência do contrato. A administração considerou como taxa incremental 9,5% para desconto da dívida ao Valor Presente (AVP), sendo essa a mesma taxa considerada nas renovações dos empréstimos juntos aos bancos. Em 2020 a Companhia registrou R\$ 23.443 como despesa de amortização no resultado (R\$ 19.082 em 2019).

a) Premissas para o reconhecimento

A Companhia reconhece o Direito de Uso de Ativos e Passivo de arrendamentos considerando as seguintes premissas:

- (i) Inclusão dos contratos na base no início da sua vigência, com seu valor de ativo de direito de uso definido neste momento.
- (ii) Operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma. A Companhia não considera aspectos de renovação em sua metodologia, haja visto que os ativos envolvidos em sua operação não são indispensáveis para a condução de seus negócios, podendo ser substituídos ao término do contrato por novos ativos adquiridos ou por outras operações que não as mesmas pactuadas.
- (iii) Contratos que envolvam o uso de ativos imateriais e de baixo valor não são considerados.
- (iv) Considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato.
- (v) A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.
- (vi) A taxa de desconto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 utilizada foi de 9,5% ao ano para as operações de imóveis administrativos e galpões industriais. As taxas foram obtidas por operações de financiamentos para ativos destas classes.

As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31 de dezembro de 2020 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos.

b) Composição e movimentação sumária dos ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos

Direito de uso de ativos	<u>31/12/2019</u>	<u>Amortização</u>	<u>Reajuste</u>	<u>31/12/2020</u>			
Edifícios	35.766	(23.443)	9.349	21.672			
Total no ativo	35.766	(23.443)	9.349	21.672			
Passivos de arrendamento	<u>31/12/2019</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Juros</u>	<u>Repactuação (1)</u>	<u>Reajuste</u>	<u>Trans. CP/LP</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo circulante	17.562					5.613	23.175
Passivo não circulante	42.736	(3.601)	4.038	(24.532)	9.349	(5.613)	22.377
Total no passivo	60.298	(3.601)	4.038	(24.532)	9.349	-	45.552
Direito de uso de ativos	<u>01/01/2019</u>	<u>Amortização</u>	<u>Reajuste</u>	<u>31/12/2019</u>			
Edifícios	53.065	(19.082)	1.783	35.766			
Total no ativo	53.065	(19.082)	1.783	35.766			
Passivos de arrendamento	<u>01/01/2019</u>			<u>Juros</u>	<u>Reajuste</u>	<u>Trans. CP/LP</u>	<u>31/12/2019</u>
Passivo circulante	8.584			5.450	1.783	1.745	17.562
Passivo não circulante	44.481			-	-	(1.745)	42.736
Total no Passivo	53.065			5.450	1.783	-	60.298

(1) Após repactuação da dívida dos aluguéis vencidos em janeiro de 2020, a Companhia reclassificou parte do montante para Outros Passivos no não circulante, vide Nota 19.b.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não houve a adição de novos contratos ou baixa de contratos vigentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apurou despesa de R\$ 147 (R\$ 51 em 2019) de referente aos arrendamentos de curto prazo (inferior a 12 meses de contrato) ou de operações com ativos de baixo valor envolvidos nos contratos.

c) Cronograma de vencimento dos arrendamentos

	<u>Consolidado</u>
	<u>2020</u>
	<u>Edifícios</u>
2021	23.175
2022	22.377
	<u>45.552</u>

15. Empréstimos e financiamentos

a) Resumo dos empréstimos

Modalidade/finalidade	Encargos financeiros em 31/12/2020	Consolidado	
		2020	2019
Capital de giro - moeda nacional	Encargos de mercado	138.237	135.458
		138.237	135.458
Circulante		19.864	35.296
Não Circulante		118.373	100.162
		138.237	135.458

O cronograma de vencimento do saldo do não circulante é apresentado abaixo:

	Valor
2022	31.864
2023	26.518
2024	22.947
2025 em diante	37.044
	118.373

b) Detalhe dos empréstimos por instituição financeira

Resumo dos Empréstimos	BRASIL	FIBRA	BDMG	ITAÚ	BRADESCO	CEF	FIDIS	DAYCOVAL	SOFISA	UNION	ALFA	Total
Capital Giro - Moeda Nacional	22.692	15.970	24.521	15.548	18.584	14.436	1.213	8.061	6.241	250	10.721	138.237
% Em relação ao total	16,4%	11,6%	17,7%	11,2%	13,4%	10,4%	0,9%	5,8%	4,5%	0,2%	7,9%	%

Parte da composição do saldo dos empréstimos, R\$ 29.861 deve-se a nova dívida junto ao BNDES relativa a períodos anteriores que foi renegociada pela Companhia.

Os empréstimos para capital de giro contratados pela Plascar Ltda., são garantidos por máquinas e equipamentos (CAPEX) e os saldos restantes garantidos por recebíveis e avais.

Em 31 de janeiro de 2019, conforme Aviso aos Acionistas e Fato Relevante divulgados ao mercado, ocorreu o aumento de capital social da Companhia com integralização mediante utilização de créditos detidos contra a Plascar Ltda, por subscrição privada, no montante de R\$ 449.483, mediante a emissão de 7.455.251 ações ordinárias ao preço unitário de emissão de R\$ 60,29 por ação ordinária. Após a efetivação do Aumento de Capital, o capital social da Companhia, antes no valor de R\$ 481.972 e dividido em 4.970.167 ações ordinárias, passou a ser de R\$ 931.455, dividido em 12.425.418 ações ordinárias.

16. Fornecedores

	Consolidado	
	2020	2019
Fornecedores	36.886	22.313
	36.886	22.313

Os termos e condições dos passivos financeiros acima referidos refletem o saldo em aberto de contas a pagar com fornecedores, com prazo médio de pagamento de 35 dias.

17. Salários, férias e encargos sociais a pagar

	Consolidado	
	2020	2019
Encargos sociais	81.953	46.335
Indenizações trabalhistas	1.129	600
Provisão férias	17.109	14.370
Provisão para participação nos resultados	11.300	10.601
Outros	43	43
	111.534	71.949
Circulante	101.168	56.932
Não circulante	10.366	15.017

18. Adiantamentos de clientes

	Consolidado	
	2020	2019
Fiat Automóveis	4.800	14.755
Man	3.025	5.607
VW	2.557	-
Calsonic Kansei	1.429	59
Scania	2.121	-
Mercedes Benz	597	229
Volvo	330	-
Chery	276	-
Outros	49	135
	15.184	20.785

19. Compromissos e provisão para contingências

a) Arrendamento mercantil operacional (transação de *Sale & Leaseback*)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Plascar Ltda. realizou transações de *Sale & Leaseback* dos prédios e terrenos das unidades industriais de Varginha, Jundiaí e Betim. Os contratos de locação dos imóveis são válidos pelo período de 10 anos, podendo ser renovados por um período adicional de 10 anos após manifestação expressa da Plascar Ltda., não existindo opção de compra dos imóveis ao final dos contratos.

A partir de 1º de janeiro de 2019, de acordo com o CPC 06 R2 (IFRS16), a Companhia passou a registrar os aluguéis futuros descontados a valor presente como Direito de Uso de Ativos em contrapartida de Passivos de Arrendamento. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 53.065 (Nota 14).

b) Repactuação dívida de aluguel

A Companhia concluiu em janeiro de 2020, a repactuação de sua dívida de aluguel em atraso cujo saldo em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 137 milhões, registrado na rubrica “outros passivos” e “passivo de arrendamento” no circulante.

Com a conclusão desta negociação, a dívida atualizada foi parcelada, com carência acima de um ano para início dos pagamentos. O saldo foi transferido para a rubrica Outros Passivos no não circulante em janeiro de 2020.

c) Processos judiciais - Valores envolvidos e critérios de provisão contábil para casos de perda provável

A Companhia é parte envolvida em diversos processos de natureza trabalhista (e previdenciária), cível e tributária que atualmente estão em andamento. O critério adotado pela Companhia para classificação do risco de perda é estimado como “remoto”, “possível” e “provável”, sendo que “remoto” indica risco mínimo de perda, “possível” indica risco moderado de perda e “provável” indica risco elevado de perda judicial, cabendo aos assessores legais externos, com auxílio do departamento jurídico da Companhia, analisar detalhadamente cada processo judicial, novo ou em andamento, classificando-os de acordo com suas melhores estimativas de resultado.

Referidas classificações de risco são avaliadas mensalmente, podendo ser alteradas sempre que o entendimento do assessor legal indicar essa necessidade. Além disso, todos os processos também recebem atualização monetária mensal, de acordo com os índices legais adotados pelos tribunais, no intuito de refletir a mais precisa a atual situação econômica de cada processo.

Para todos os casos em que os assessores legais externos e internos indicam o risco de perda como “provável”, a Companhia constitui provisão individual em montante suficiente para fazer frente aos valor estimado dessa perda, que é devidamente calculado e apurado através de contadoria judicial (no caso do juízo) ou perito-assistente contábil (no caso da Companhia), com base nas sentenças condenatórias e/ou quaisquer outras decisões oriundas de instâncias superiores (grau recursal) que sejam emanadas pelos tribunais e que indicam, sem margem de dúvida, que a Companhia está obrigada a realizar o pagamento em curto prazo, em razão do estágio avançado do processo. Além disso, a Companhia adota uma prática conservadora e realiza também a provisão mensal dos processos trabalhistas classificados como risco de perda “possível”, para os quais a Companhia estima que serão celebrados acordos judiciais para liquidação e encerramento das reclamações antes de serem iniciadas as fases executórias. Após análise realizada pelos assessores jurídicos, a Companhia revisou os percentuais de acordos históricos efetuados e resolveu complementar estas provisões em R\$ 3.142 que foram registrados em sua totalidade no 3º Trimestre de 2020.

Considerando os processos com risco de perda, a Companhia tem provisão total constituída conforme indicado abaixo:

	Consolidado	
	2020	2019
Provisões previdenciárias e trabalhistas	11.550	7.395
	11.550	7.395

A movimentação da provisão para demandas judiciais, em 2020 e 2019, está assim representada:

	31 de dezembro de 2020			
	Saldo Inicial	Adição	Pagamentos	Saldo final
Previdenciárias e Trabalhistas	7.395	11.052	(6.897)	11.550
	7.395	11.052	(6.897)	11.550

	31 de dezembro de 2019			
	Saldo Inicial	Adição	Pagamentos	Saldo final
Previdenciárias e Trabalhistas	5.940	9.947	(8.492)	7.395
	5.940	9.947	(8.492)	7.395

d) Estimativa de perdas “possíveis”, não provisionadas no balanço

Para as demais ações judiciais da Companhia, que tem seu risco de perda classificado pelos assessores legais externos e internos como “possível” ou “remoto”, não há constituição de provisão contábil. Apesar disso, a Companhia reconhece a importância de informar os valores envolvidos nesses processos, como forma de dar conhecimento e informação suficiente ao mercado sobre todas as ações em que a Companhia é parte. Para ações novas, o valor informado pela Companhia leva em consideração o valor dado à causa (valor inicial). À medida que o processo avança, os assessores legais apuram os valores envolvidos em cada processo com maior critério, valorizando cada um deles de forma mais precisa quanto aos valores efetivamente envolvidos, assim como seu risco efetivo de perda.

Considerando os processos com risco de perda “possível”, não provisionados, a Companhia informa que os seus valores envolvidos estão assim constituídos:

	Consolidado	
	2020	2019
Tributárias	4.340	7.702
Trabalhistas	13.537	27.557
Cível	4.257	4.256
	22.134	39.515

e) Ativos contingentes relevantes

Atualmente, a Plascar Ltda. figura como parte ativa em dois processos considerados relevantes contra FUNRURAL e ELETROBRÁS, cujos montantes envolvidos são de R\$ 8.585 e R\$ 19.249, respectivamente.

- (i) O processo contra ELETROBRÁS, cuja sentença foi favorável à Companhia, se encontra em avançado estágio processual, sendo que a Companhia já havia dado início ao processo de execução provisória da sentença, requerendo o pagamento do valor devido. Em julho de 2020, no entanto, por intermédio de seus assessores externos, a Companhia tomou conhecimento de uma suposta cessão de direitos, que teria sido realizado em maio de 2003, pela qual a titularidade e os benefícios econômicos oriundos desse processo seriam cedidos a terceiros. Não tendo identificado internamente elementos que confirmassem tal cessão de direitos, a Companhia se manifestou nos autos, requerendo mais informações sobre o assunto e, neste momento, aguarda manifestação do juízo.
- (ii) O processo contra o FUNRURAL foi tramitado e julgado na data de 04 de setembro de 2001, sendo concedido à Plascar o direito líquido e certo de recebimento do valor de R\$ 2.237 (nota 8). Referido valor, contudo, foi objeto de questionamento pela Companhia no que se refere à sua atualização monetária, não considerada pelo tribunal. Pende ainda definição sobre referida atualização e, por consequência, o valor correto a ser liquidado em favor da Companhia, cuja estimativa dos assessores legais indica a importância R\$ 8.585.

20. Outros passivos

	Consolidado	
	2020	2019
Aluguéis a pagar	137.754	109.057
Credores diversos - acordos firmados	97.814	73.381
Outros passivos	15.727	14.957
	251.295	197.395
Circulante	30.919	114.864
Não circulante	220.376	82.531
	251.295	197.395

21. Patrimônio líquido

a) Capital

Aumento de capital e emissão de ações

Em 31 de janeiro de 2019, conforme Aviso aos Acionistas e Fato Relevante divulgados ao mercado, ocorreu o aumento de capital social da Companhia com integralização mediante utilização de créditos detidos contra a Plascar Ltda., por subscrição privada, no montante de R\$ 449.483, mediante a emissão de 7.455.251 ações ordinárias ao preço unitário de emissão de R\$ 60,29 por ação ordinária. Após a efetivação do Aumento de Capital, o capital social da

Companhia, antes no valor de R\$ 481.972 e dividido em 4.970.167 ações ordinárias, passou a ser de R\$ 931.455, dividido em 12.425.418 ações ordinárias.

O preço de Emissão das ações foi fixado, sem diluição injustificada para os atuais acionistas da Companhia, considerando as metodologias permitidas pelo artigo 170, § 1º, da Lei das S.A., tendo em vista a situação financeira da Companhia naquele momento, com elevado endividamento e patrimônio líquido negativo.

Uma vez que a Lei das S.A. não estabelece uma fórmula rígida para a fixação do preço de emissão, este preço foi fixado tendo em vista os critérios do artigo 170, § 1º, da Lei das S.A. em respeito ao interesse social da Companhia, de forma que a Companhia pudesse concretizar a reestruturação conforme planejado.

Bônus de Subscrição

A Companhia emitiu em favor e como vantagem adicional aos subscritores das ações do Aumento de Capital, mediante atingimento de metas de EBITDA da Plascar Plásticos nos anos de 2020, 2021 ou 2022, 7.455.251 bônus de subscrição, em uma única série e sob a forma escritural e nominativa, sendo atribuído 1 bônus de subscrição para cada ação do Aumento de Capital subscrita.

A outorga a seus titulares, em conjunto, concede o direito de subscrever ações da Companhia representando 5% do capital da Companhia pós emissão de tais ações. O preço para subscrição de 1 ação emitida em razão do exercício dos Bônus de Subscrição será de R\$ 0,01 "Preço de Exercício". A subscrição das ações decorrentes do exercício de Bônus de Subscrição dar-se-á de forma particular, no ato do exercício do Direito de Subscrição, e a integralização das ações então subscritas deverá ser realizada mediante o pagamento à vista do Preço de Exercício, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição de tais ações.

b) Reservas

Ajustes de avaliação patrimonial

Constituída pelo registro contábil da realização do custo atribuído ao ativo imobilizado e respectivos impostos. Nesta rubrica, estão registrados também os impactos na mudança de participação da controladora na controlada de 99,89% para 100% após reestruturação financeira ocorrida em 31 de janeiro de 2019.

c) Remuneração aos acionistas

De acordo com o Estatuto da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma dos artigos 189 e 202 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não houve distribuição de dividendos em função dos prejuízos apurados.

22. Resultado por ação

O cálculo básico de lucro ou prejuízo por ação é feito através da divisão do lucro ou prejuízo líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro ou prejuízo diluído por ação é calculado através da divisão do lucro ou prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros ou prejuízos, básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares, exceto valores por ação):

<u>Prejuízo básico por ação:</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Numerador:		
Prejuízo do exercício	(117.013)	(6.825)
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	12.425.418	11.810.974
Prejuízo básico por ações - R\$	<u>(9,42)</u>	<u>(0,58)</u>
 <u>Prejuízo diluído por ação: (*)</u>	 <u>2020</u>	 <u>2019</u>
Numerador:		
Prejuízo do exercício	(117.013)	(6.825)
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	19.880.669	18.651.781
Prejuízo diluído por ações - R\$	<u>(5,89)</u>	<u>(0,37)</u>

(*) Considera as potenciais ações a serem emitidas quando do exercício do Direito de Subscrição (Nota 21.a).

23. Receita operacional líquida

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita bruta de vendas	452.530	492.084
Impostos incidentes sobre vendas	(78.722)	(81.047)
Devoluções e abatimentos sobre vendas	(4.620)	(3.487)
	<u>369.188</u>	<u>407.550</u>

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (alíquotas de 7%, 12% e 18%), Imposto sobre produtos industrializados - IPI (alíquotas de 5% e 15%), Programa de integração social - PIS (alíquotas de 1,65% e 2,30%), Contribuição para financiamento seguridade social - COFINS (alíquotas de 7,60% e 10,80%).

24. Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	Consolidado	
	2020	2019
Matéria prima, insumos, materiais de uso e consumo e gastos com pessoal	(326.596)	(332.829)
Depreciação e amortização	(61.217)	(60.551)
Serviços de terceiros	(16.267)	(14.481)
Provisão para créditos duvidosos (Nota 7)	(1.747)	5.167
Provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência nos estoques (Nota 8)	(47)	3.485
Crédito exclusão ICMS base cálculo PIS-COFINS)	-	85.282
Provisão para perda de imobilizado (Nota 13.a)	-	(17.955)
Outros	(46.961)	(69.289)
	(452.835)	(401.171)
Classificados como		
Custos dos produtos vendidos	(373.880)	(376.247)
Despesas com vendas	(22.603)	(19.726)
Despesas administrativas e gerais	(52.411)	(62.989)
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	(3.941)	57.791
	(452.835)	(401.171)

25. Resultado financeiro

	Consolidado	
	2020	2019
Despesas financeiras		
Juros e multas	(21.141)	(63.513)
Encargos sobre impostos vencidos/parcelados (1)	(20.409)	(18.760)
Ajuste a valor presente de arrendamentos (Nota 14)	(4.038)	(5.450)
Variações cambiais passivas	(5.817)	(3.451)
IOF	(729)	(1.089)
Outros	(931)	(4.128)
	(53.065)	(96.391)
Receitas financeiras		
Juros e atualização monetária (2)	15.008	81.628
Variações cambiais ativas	5.298	3.223
Outros	96	10
	20.402	84.861
Resultado financeiro	(32.663)	(11.530)

(1) Encargos sobre impostos vencidos e parcelados de PIS/COFINS e ICMS.

(2) O impacto positivo deve-se principalmente ao registro contábil da atualização monetária referente ao crédito exclusão do ICMS na base de cálculo PIS-COFINS (Nota 9).

26. Obrigações fiscais e encargos sociais

O saldo em aberto de impostos em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 157.440 e R\$ 81.953 de encargos de folha de pagamento (R\$ 163.431 e R\$ 46.336 em 2019), destes, R\$ 11.411 impostos correntes a vencer, R\$ 55.236 impostos correntes vencidos e R\$ 172.746 parcelados (R\$ 11.574, R\$ 37.251 e R\$ 160.942 respectivamente em 2019).

2020						
	Em aberto	A vencer	Vencidos	Parcelados		Não circulante
				Circulante		
				A vencer	Vencidos	
REFIS (PERT MP 783/17)	55.614	-	-	4.553	4.553	46.508
Parcel. Ordinário PIS/COF/IPI	25.732	-	-	6.874	6.577	12.281
PIS	280	280	-	-	-	-
COFINS	1.287	1.287	-	-	-	-
ICMS (Regularize - MG)	55.528	-	-	5.600	-	49.928
ICMS	17.428	1.615	1.166	7.853	5.758	1.036
IPI (Parcelamento - MG)	1.012	-	-	319	-	693
IPI	54	54	-	-	-	-
Outros (ISS IPTU)	505	334	-	25	-	146
	157.440	3.570	1.166	25.224	16.888	110.592
IRRF (Empregados)	1.438	1.438	-	-	-	-
Parcel. Ordinário INSS	13.881	-	-	3.250	3.152	7.479
FGTS	971	971	-	-	-	-
INSS (Empresa)	50.557	4.770	45.787	-	-	-
INSS (Empregados)	8.945	662	8.283	-	-	-
INSS parcelado Sesi Senai (Empresa)	6.161	-	-	1.756	1.518	2.887
	81.953	7.841	54.070	5.006	4.670	10.366
Soma (Empresa)	229.010	9.311	46.953	30.230	21.558	120.958
Soma (Empregados)	10.383	2.100	8.283	-	-	-
Total	239.393	11.411	55.236	30.230	21.558	120.958

2019

	Em aberto	A vencer	Vencidos	Parcelados		
				Circulante		Não circulante
				A vencer	Vencidos	
REFIS (PERT MP 783/17)	54.910	-	-	4.523	754	49.633
Parcel. Ordinário PIS/COF/IPI	26.162	-	-	7.367	-	18.795
PIS	2.928	706	2.222	-	-	-
COFINS	14.165	4.050	10.115	-	-	-
ICMS (Regularize - MG)	48.969	-	-	6.458	-	42.511
ICMS	11.817	934	1.748	4.774	168	4.193
IPI (Parcelamento - MG)	1.328	-	-	316	26	986
IPI	2.671	199	2.472	-	-	-
Outros (ISS IPTU)	481	289	-	24	-	168
	163.431	6.178	16.557	23.462	948	116.286
IRRF (Empregados)	2.951	1.353	1.598	-	-	-
Parcel. Ordinário INSS	13.968	-	-	3.215	268	10.485
FGTS	959	959	-	-	-	-
INSS (Empresa)	20.970	2.457	18.513	-	-	-
INSS (Empregados)	1.210	627	583	-	-	-
INSS parcelado Sesi Senai (Empresa)	6.278	-	-	1.746	-	4.532
	46.336	5.396	20.694	4.961	268	15.017
Soma (Empresa)	205.606	9.594	35.070	28.423	1.216	131.303
Soma (Empregados)	4.161	1.980	2.181	-	-	-
Total	209.767	11.574	37.251	28.423	1.216	131.303

Sobre os valores vencidos a Companhia registra multa de 20% além de correção pelos índices previstos pela legislação.

Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)

A Plascar Ltda aderiu ao PERT em 29 de agosto de 2017. O saldo dos impostos vencidos até abril de 2017, no âmbito da Procuradoria, foi parcelado em 120 vezes, sendo que o valor das parcelas nos primeiros 12 meses corresponde a 0,4% da dívida, 0,5% no segundo ano, 0,6% no terceiro ano e saldo restante em 84 parcelas. O índice de correção das parcelas é a Selic.

Adicionalmente, a MP 783/17 foi convertida na Lei 13.496/17 em 25 de outubro de 2017, incluindo uma nova modalidade de parcelamento, onde há a possibilidade de utilização de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL para abater da dívida consolidada no âmbito da Receita Federal do Brasil.

Os parcelamentos nos âmbitos da Procuradoria e RFB foram consolidados em sua totalidade durante o exercício de 2018.

A seguir apresentamos, resumidamente, os efeitos contábeis desta transação:

	Procuradoria- Geral da Fazenda nacional	Receita Federal do Brasil - Tributário	Receita Federal do Brasil - Não tributário	Total
Saldo original (a)	54.607	76.649	27.555	158.811
Utilização de prejuízo fiscal e base negativa CSLL Lei 13.496/17 (b) (Nota 9.b)	-	(59.110)	(20.760)	(79.870)
Amortização da dívida até 31 de dezembro de 2019	(8.236)	(20.197)	(7.013)	(35.446)
Atualização do parcelamento	9.243	2.658	218	12.119
Total	55.614	-	-	55.614

(a) Total da dívida tributária e não tributária atualizada na data da adesão do PERT, contemplando Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (Desoneração da Folha).

(b) A Companhia migrou para esta nova modalidade. O valor envolvido para abatimento do saldo com prejuízos fiscais e base negativa é de R\$ 79.870. Em novembro de 2019 a Companhia liquidou o saldo deste parcelamento.

27. Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais estão demonstradas a seguir:

	Consolidado	
	2020	2019
Salários e encargos sociais (1)	134.411	144.241
Plano de participação nos resultados	5.573	6.817
Demissões	3.016	1.680
Benefícios previstos em Lei	13.955	10.608
Benefícios adicionais	87	191
	157.042	163.537

Benefícios adicionais

Além dos benefícios usuais previstos pela legislação trabalhista, a Companhia e sua controlada têm como prática conceder a seus empregados benefícios adicionais contratados de terceiros, tais como: assistência médica, transporte coletivo, alimentação e auxílio creche.

Plano de participação nos resultados

A Companhia e suas controladas possuem planos complementares de remuneração variável que considera o atendimento das metas estabelecidas:

- (i) Plano de participação nos resultados (PPR): a Companhia remunera seus colaboradores mediante participação nos resultados conforme acordo coletivo estabelecido entre a Companhia, comissão de empregados e o sindicato da categoria, que estabelece metas que são mensalmente aferidas e divulgadas. Este plano visa estimular o desenvolvimento e a produtividade, fornecendo oportunidades de ganhos financeiros e condições de efetiva participação nos resultados da Companhia.

- (ii) Plano de bônus adicional de participação nos resultados (PPR curto prazo): a Companhia bonifica ainda com quantidade de salários diferenciada os gestores e diretores da Companhia. A participação nos resultados devida aos colaboradores ocupantes destas funções é baseada em desempenhos (individual e da Companhia), de acordo com metas pré-estabelecidas.

28. Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro de naturezas diversas, contratados com as principais seguradoras do país. Essas apólices foram definidas conforme o programa do grupo e levaram em consideração a natureza e o grau de risco envolvido.

Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura de seguros contra riscos operacionais combinado com lucros cessantes, era R\$ 629.300 (R\$ 629.300 em 31 de dezembro de 2019), e R\$ 3.000 (R\$ 2.170 em 31 de dezembro de 2019) para responsabilidade civil.

A Companhia não está prevendo ter quaisquer dificuldades para renovar nenhuma das apólices de seguro e acredita que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.